

R E S E N H A

Cenas de Gente Negra

Os 25 anos do movimento negro no Brasil

Januário Garcia (org.). *25 anos 1980-2005: movimento negro no Brasil*.
Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006

Angélica Basthi

Escritora, jornalista e mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Pós-graduada em História da África e Gestão em Direitos Humanos pela Universidade Cândido Mendes.

Para entender a ação do movimento negro no processo de redemocratização brasileira nos anos de 1970 e 1980, é preciso compreender o contexto de lutas que motivaram o ciclo permanente de negros e de negras em movimento no Brasil contemporâneo. Ainda que os anos de 1980 sejam reconhecidos como um período de intensa movimentação popular, a sociedade brasileira está longe de construir uma reflexão madura sobre a participação negra neste contexto. No geral, a opinião pública costuma ver com reser-



va as ações do movimento negro ao longo da história do Brasil. A expectativa é de que haja mudança neste quadro na medida em que a queda do mito da democracia racial seja consolidada e a sociedade brasileira seja cada vez mais sensibilizada pelo debate em torno das cotas nas universidades públicas ou pela introdução de conceitos como o respeito à diversidade e à diferença.

Do ponto de vista acadêmico, não há ainda uma produção de conhecimento

amadurecida e capaz de dar conta de uma análise sistematizada sobre a riqueza de experiências, pensamentos e repertórios de conquistas e desafios deste tipo de ativismo negro nos últimos 25 anos no país. Cientistas sociais vêm fazendo um louvável esforço para compreender as dinâmicas dos movimentos sociais e, mais recentemente, do movimento negro brasileiro. O pesquisador Márcio André dos Santos, por exemplo, tem se empenhado na análise sobre o movimento negro e chama a atenção para o conjunto de saberes de ordem política, intelectual e institucional dos militantes negros e negras acumulados ao longo dos anos de atuação.¹ Para o autor, “este movimento social tem apontado tanto para as falhas e incoerências na democracia atualmente existente quanto para as incoerências de uma sociedade profundamente marcada pelo racismo institucional e pela discriminação racial”.²

Aos poucos, torna-se evidente que a ação de homens negros e mulheres negras ao longo da história fazem do movimento negro um dos mais importantes movimentos sociais atuantes no Brasil. Há também a inegável contribuição do movimento negro contemporâneo para o recente processo de consolidação de políticas públicas (as chamadas ações afirmativas) com foco na redução das desigualdades raciais no país. No entanto, os poucos registros sobre a ação dos protagonistas deste processo funcionam como obstáculos para pesquisadores e leigos em geral

na compreensão das dinâmicas que afetam a realidade social e racial no Brasil. É nesse sentido que o livro organizado e concebido pelo fotógrafo Januário Garcia, *25 anos 1980-2005: movimento negro no Brasil*, editado em 2006 pela Fundação Cultural Palmares, contribui para a construção de uma memória fotográfica e, ao mesmo tempo, resgata a função histórica e política deste movimento negro ainda pouco compreendido por nossa sociedade.

Januário Garcia é um fotógrafo experiente, com quarenta anos de profissão, reconhecido por seu ativismo e talento profissional dentro e fora da comunidade negra. Na grande mídia, marcou seu nome no fotojornalismo atuando em veículos importantes tais como O Globo, Jornal do Brasil, Manchete e Fatos & Fotos. Também fez ensaios fotográficos para moda e publicidade, incluindo as famosas capas de discos de artistas como Tom Jobim, Fagner, Belchior, Lecy Brandão e Fafá de Belém. Na comunidade negra, tornou-se referência pelo desejo incansável de realizar, em imagens, a memória da presença negra em ação. É esse olhar crítico, inquietante e questionador que conduz as imagens ricas em sua dimensão humana, social e política presentes no livro.

Fazem parte desta edição as célebres passeatas dos anos de 1980, os seminários, os encontros e reuniões da militância negra, a presença de celebridades nacionais e internacionais em

passagens históricas e os rostos de pessoas anônimas e cheias de dignidade por sua presença negra no mundo. Mas não se trata apenas de um belo ensaio fotográfico sobre o período. Além das imagens reveladoras da força política, da estética, das tensões e também da violência experimentadas pela gente negra nos últimos 25 anos, a publicação traz reflexões críticas de trinta militantes com destacada participação em diversas áreas da sociedade brasileira. Trata-se de um resgate de uma memória histórica que precisa ser contada, vista, analisada e decifrada por quem vivenciou cada momento e, portanto, tem o direito de fazer ouvir a própria voz. Os textos são assinados por ativistas homens e mulheres que protagonizaram esse recente passado histórico e, em sua maioria, continuam atuando, articulando e repensando sobre os desafios para a população negra, seja no universo acadêmico, nos movimentos sociais ou no diálogo junto aos poderes estatais. As 176 páginas pretendem traduzir o que foi a ação dessa gente negra em movimento nos últimos 25 anos. O livro reserva ainda uma homenagem ao poeta afro-brasileiro Arnaldo Xavier, morto em 2004, com a publicação de dois de seus poemas do livro *A roza da recusa*. E ao poeta baiano José Carlos Capinan, um dos ícones do movimento tropicalista dos anos de 1960, com a reprodução do seu poema *Abolição*. Além disso, traz uma reflexão de Oliveira Silveira, morto em

2009, e um dos idealizadores do dia 20 de novembro, transformado em Dia Nacional da Consciência Negra.

Divididos em três grandes blocos: *Resistir e afirmar; Afirmar e construir e Organizar e transformar*, a publicação faz uma reflexão sobre as fases do movimento negro, propõe soluções para os problemas que afligem a população negra e tenta responder como potencializar as ações do movimento a partir das suas formas de organização e de resistência. Os trinta textos dialogam com as imagens clicadas por Januário Garcia e permitem uma riqueza de interpretações e percepções sobre a efervescência das articulações política e cultural experimentada no período tão recente da nossa história. As análises, embora sintéticas, funcionam como repositório de memórias e convidam o leitor a observar com mais atenção as dinâmicas sociais e raciais que formam a realidade social, política e cultural que nos cerca.

As fotos escolhidas por Januário Garcia expõem de forma visceral memórias contadas ao longo da edição. Estão lá os momentos históricos da militância negra como a visita à Serra da Barriga, em Alagoas (1985), a manifestação *antiapartheid* em frente ao consulado da África do Sul (1987), a visita de Desmond Tutu em Salvador (1987), a inesquecível presença do batalhão de choque da Polícia Militar durante a marcha no Centenário da Abolição no Rio de Janeiro (1988), o momento histórico de Nelson Mandela,

também em Salvador (1991). Estão lá ainda as manifestações culturais negras tais como o carnaval carioca, o maracatu em Recife e os afoxés e blocos afros da Bahia. Januário Garcia revela também as expressões, o olhar fixo e profundo, a solidariedade, a indignação e a autoestima dos homens e mulheres que mantiveram vivo o movimento negro nestes últimos 25 anos. Também estão lá os rostos marcados pela sabedoria dos netos e bisnetos de escravos em Macuco, no Rio de Janeiro, e a beleza das mães de santo. Todas as imagens formam um mosaico cultural, artístico, social e político. Cada momento representando a força da identidade de um grupo que se afirma e grita pelo seu lugar ao sol. São vozes lutando pelo direito à cidadania, in-

cluindo o acesso igualitário aos bens gerados neste país.

Já na apresentação, sete pensadores negros, entre artistas, acadêmicos e ativistas políticos cumprem a tarefa de fazer um balanço sobre os últimos 25 anos: Gilberto Gil, então ministro da cultura; Júlio Tavares, doutor em antropologia pela Universidade do Texas; Hélio Santos, ativista e doutor em administração pela Universidade de São Paulo (USP); Éle Semog, poeta e pedagogo; Ubiratan Castro, doutor em história pela Universidade de Paris e então presidente da Fundação Cultural Palmares; Zulu Araújo, então diretor da Fundação Cultural Palmares e o próprio fotógrafo Januário Garcia. Esses sete autores analisam desde o contexto da es-



cravidão até as estratégias que, nos últimos 25 anos, orientaram as ações do movimento negro contemporâneo. Quais são as perspectivas para as gerações futuras? Quais os desafios para eliminar o processo de reprodução das desigualdades que afetam de maneira drástica a vida da população negra no Brasil?

Eles cumprem bem a missão de apresentar um panorama sobre essas questões. Destaco três falas importantes: Gilberto Gil, no texto “25 anos do movimento negro brasileiro”, nos remete ao passado histórico ao lembrar que o homem negro escravizado jamais aceitou esta condição imposta. Sem citar Joaquim Nabuco, reintroduz o pensamento deste autor, ao afirmar que a Abolição, embora tenha sido resultado de um processo de alianças, foi incompleta e inacabada. Gil pretende, dessa maneira, chamar a atenção para as tarefas emergenciais que devem ser executadas a fim de romper com os ciclos de desigualdades que permanecem no país. Júlio Tavares, em “Retrospectiva histórica do movimento negro”, escreve sobre a importância histórica da presença negra no universo das lutas sociais contemporâneas. O autor lembra da criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), em 1978, como um dos marcos da presença negra e latina no contexto diaspórico:

(...) o MNUCDR emergiu no calor dos protestos contra a violenta morte de

um jovem paulista, jogador de basquete (...) depois de ser violentamente agredido pela polícia e acusado de roubar frutas em uma feira livre em São Paulo. Historicamente, o MNU se constituiu em um exemplo da diáspora africana de língua latina na América do Sul ao organizar o primeiro protesto no Brasil moderno contra o racismo.⁵

Para Tavares, o desafio hoje é realizar o efetivo amadurecimento político por meio da consciência racial e, com isso, conclama ativistas, políticos e intelectuais negros a repensarem um projeto para o país que contemple essa questão.⁴ Hélio Santos, em “Perspectivas do movimento negro brasileiro”, salienta que a população negra é a principal vítima da guerra social instalada no Brasil. O autor chama a atenção para a necessidade de decisões estratégicas nos próximos anos em prol da cidadania plena da população negra e defende, entre outros pontos, a criação de um partido político negro como projeto de desenvolvimento e inclusão radical da população negra: “cabe ao movimento negro batalhar por um modelo de desenvolvimento que possibilite ao Brasil tornar-se uma efetiva potência social e econômica”.⁵

É notável, contudo, a ausência das mulheres negras neste painel introdutório. Seria igualmente enriquecedor o olhar crítico delas sobre a trajetória do movimento negro a partir da efetiva partici-

pação de mulheres negras nestes 25 anos. Embora ausentes nesta etapa do livro, as imagens das mulheres negras e seus discursos estão distribuídos ao longo da edição. Não obstante, a falta das vozes femininas nesta etapa do livro não prejudica a proposta da edição, ainda que suas contribuições sejam sempre enriquecedoras.

INDIGNAÇÃO E LUTA

O ponto de partida do livro é o registro deste mosaico formado pelos movimentos de resistência negra nos anos de 1970 e 1980. Em “Resistir e afirmar”, os autores tentam traduzir o significado das estratégias de enfrentamento e resistência experimentadas pelo movimento rumo à construção das políticas contemporâneas. Os textos revelam os modos de pensar e interpretar daqueles que viveram intensamente os momentos do movimento negro naquelas décadas.

O doutor em ciências sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Amauri Mendes, no artigo “Romper e construir”, revive os episódios que agitaram o movimento negro na época, cuja missão era o enfrentamento ao racismo. Um episódio foi a repressão policial contra os negros no morro da Coroa, em 1982, e a consequente reação da militância para denunciar a violência: “invadimos a Secretaria de Segurança (...) quando po-

liciais nos amarraram pelo pescoço no morro da Coroa”.⁶

A assistente social Abgail Paschoa e a psicóloga Vanda Menezes, respectivamente, em “Quilombo – terra de guerreir@s” e “A retomada da Serra da Barriga”, nararam o contexto de lutas em torno da questão quilombola, ressaltando as ações do movimento negro, em parceria com universidades e sindicatos rurais, ao abraçar essa bandeira nos anos de 1980. Paschoa enfatiza a importância histórica da luta quilombola no município de Alcântara, no Maranhão, no final dos anos de 1970, para deflagrar a luta pelo reconhecimento das terras dos descendentes dos quilombos no Brasil, e relembra a movimentação no processo da Constituinte para a inclusão do direito à titulação das terras quilombolas. Direito este que até hoje demanda intensas disputas e guerras de interesses. Já Vanda Menezes traz à nossa memória como a versão distorcida sobre a história de Zumbi dos Palmares e dos quilombos era a versão hegemônica. A autora relembra a hostilidade dos comerciantes na Serra da Barriga, em Alagoas, no momento em que militantes e intelectuais negros ocuparam o território do Quilombo dos Palmares em 1980. Foram enfrentamentos como este que contribuíram para o reconhecimento de Zumbi dos Palmares como herói nacional e o 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra. Essa última nasceu em 1978 com o Movimento Negro Unificado (MNU).

O tema em torno de Palmares será retomado pelo professor de história da Universidade Federal de Alagoas, Zezito Araújo, e pelo poeta, professor e um dos idealizadores do 20 de novembro como Dia da Consciência Negra, Oliveira Silveira. A experiência da construção do Memorial Zumbi é relatada por Araújo no artigo "Memorial Zumbi, a história contemporânea do negro". Já Silveira, em "25 anos e alguns antes", faz um recorte temporal do movimento negro nos anos 1971, 1978 e 1988. O autor destaca o ano de 1971, data em que o Grupo Palmares, em Porto Alegre, criou o 20 de novembro. Silveira lembra que foi em 1978, após o nascimento do MNU, que surgiu a evocação do Dia Nacional da Consciência Negra. Dez anos depois, deflagrava-se outro processo que merece destaque: a participação negra no processo da Constituinte. Para o autor, a construção do 20 de novembro foi um marco genuíno e simbólico para a comunidade negra brasileira.

Desta vez, não se tratava de importação – era motivação legitimamente negra, afro-gaúcha e afro-brasileira. Exportável até. (...) Após sete anos em que o Grupo Palmares foi martelando na evocação, e durante os quais o 20 foi ganhando adesões importantes, em São Paulo e Rio, inicialmente. Surgiu o MNUCDR em 1978 e propôs a denominação dia nacional da consciência negra.⁷

O tema da religião de matrizes africanas é abordado pelo pedagogo Ivanir dos

Santos e pelo doutor em teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, José Geraldo Rocha. Em "Religiões de matrizes africanas: resistir e reagir", eles discorrem sobre a retomada do processo de organização do movimento negro e o seu papel no redimensionamento das religiões de matrizes africanas no contexto atual de combate à intolerância religiosa. Para os autores, "não é suficiente reconhecer essas religiões no processo histórico de resistência (...), mas compreender seus direitos à expressão e manifestação na sociedade atual".⁸ De certa maneira, Santos e Rocha introduzem no debate os conceitos sobre o respeito à diferença e à diversidade na perspectiva da religiosidade num Estado laico como o Brasil.

Coube à celebrada intelectual Sueli Carneiro, doutora em filosofia pela USP, a tarefa de analisar a intensa movimentação de mulheres negras brasileiras nos últimos 25 anos. Em "Enegrecendo o feminismo", a autora reproduz suas reflexões sobre o processo de inserção de mulheres negras no interior do movimento feminista. Para Carneiro, a variável racial é responsável pela produção de gêneros "subalternizados tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (mulheres negras), quanto masculinidades subalternizadas (homens negros) com prestígio inferior ao grupo racialmente dominante (mulheres brancas)".⁹ Carneiro sintetiza o que represen-

ta a contínua movimentação de mulheres negras no Brasil:

O esforço pela afirmação da identidade e de reconhecimento social representou para o conjunto das mulheres negras, destituído de capital social, uma luta histórica que possibilitou que as ações dessas mulheres do passado e do presente (...) pudessem e possam ecoar de forma a ultrapassarem as barreiras da exclusão.¹⁰

A ativista e fundadora do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedempa), Nilma Bentes, analisa as especificidades do movimento negro na região e suas interfaces com as comunidades indígenas. Em "Pequeno registro sobre o movimento negro na Amazônia brasileira", a autora faz uma breve radiografia dos principais espaços organizativos da militância na Amazônia, ressaltando o compromisso dessas instâncias na luta contra o racismo. Já Milton Barbosa (o Miltão), membro fundador do Movimento Negro Unificado, em "Disseminação da luta organizada do movimento negro", oferece um exame crítico sobre as estratégias usadas pelo MNU no início da década de 1980 a fim de reverter o mito da democracia racial. Uma das estratégias foi a combinação entre raça e classe. Com isso, a atuação do MNU ampliou o foco de resistência cultural feita pelas escolas de samba e pelos terreiros de candomblé e umbanda. Para Barbosa, hoje as reparações tornaram-se um dos eixos neces-

sários para a promoção da igualdade racial no Brasil.

AFIRMANDO PARA CONSTRUIR

Os oito artigos reunidos no bloco *Afirmar e construir* analisam o papel da cultura e da educação nas ações do movimento negro nestes últimos 25 anos. As manifestações culturais negras funcionam como espaços de aglutinação e ressignificação do ethos político e social. Em "Ação cultural do movimento negro", João Jorge dos Santos Rodrigues, mestre em direito e presidente do Bloco Afro Olodum – um dos mais importantes blocos afros de Salvador –, defende as ações culturais negras como um elemento de resistência, lembrando que essas ações tiveram relevante papel na construção de Zumbi dos Palmares como herói negro brasileiro. Rodrigues está correto ao positivar a contribuição das manifestações culturais na medida em que resgatam a autoestima de milhares de pessoas negras em todas as faixas etárias.

Os anos 1980/90 foram da revolução da emoção e da cultura afro-brasileira; a afirmação destas transformou-se em patrimônio político – do Rio Grande do Sul ao Acre. As ações culturais e suas mobilizações, tais como as marchas e caminhadas no dia 20 de novembro, deram um novo herói nacional ao país, Zumbi dos Palmares, e abriram as portas para o ataque frontal ao racismo brasileiro.¹¹

Em “Ilê Aiyê, redefinidor das ações do movimento negro”, a doutora em educação Ana Célia Silva relembra que muito antes dos blocos afros, havia os afoxês no carnaval de Salvador na década de 1930. A autora reconhece a contribuição do Ilê Aiyê – outro bloco afro de grande importância histórica na Bahia – para o fortalecimento da identidade negra brasileira por meio da mediação “da dança, do canto e da indumentária, mensagens que conduziram ao orgulho de ser negro e das suas origens culturais, reconstruindo a autoestima e identidade étnico-racial do povo negro”.¹²

Já o cantor, compositor e pesquisador Nei Lopes, em “Chacoalhando os xequerês: música popular, desafrikanização e exclusão nos 25 anos do movimento negro”, pondera sobre o lugar ocupado pela música de origem africana no universo musical brasileiro. Para isso, propõe discutir sobre o processo de colonização no qual a música popular brasileira continua submetida. Numa análise contundente, Lopes afirma que a música popular nasceu no ambiente escravista do século XIX, foi reconhecida como samba nos anos de 1960, passou a ser nomeada como samba de morro e foi ressignificada por mestres negros como Pixinguinha e Anacleto de Medeiros no choro. Durante a ditadura, no período dos festivais, prevaleceu o rock brasileiro. Para Lopes, foi nesta fase que a “ideia de exportação cedeu lugar à importação mais dependente”.¹³

Como resultado, no contexto dos 25 anos de movimento negro, a percepção da música popular de origem africana ocupa um lugar de ambiguidade.

(...) se construída nos padrões da globalização pop, é bem vista e difundida, mesmo (...) irradiando atitudes vendidas como de afirmação étnica e transgressora; mas o discurso antirracista inerente é assimilado como modismo internacional e esvaaziado. Foi a busca desse alinhamento pop que gerou o híbrido rotulado como *pagode* nos anos 1990. Quanto ao velho *samba de morro* (...) vive hoje um destino semelhante ao do jazz nos EUA.¹⁴

No artigo “Educação da população negra”, por sua vez, Azoilda Loretto da Trindade, doutora em comunicação e cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), reivindica o status de saber para o samba e seus batuques. Ou seja, para a autora, o gênero deveria ser ensinado nas escolas, consolidando “a presença visceral dos valores civilizatórios africanos no currículo escolar”,¹⁵ tais como o comunitarismo, alegria, musicalidade, energia vital (axé), religiosidade e a ancestralidade. A autora entende o samba como veículo para a difusão dos valores da cultura negra na educação e também como um forte elemento para o fortalecimento da identidade cultural do negro no Brasil. A função do samba na educação, sugerida por Trindade, pode ser entendida como a síntese

se do *Afirmar e construir* proposta na segunda etapa do livro.

Sobre a literatura afro-brasileira, a celebrada escritora e doutoranda em literatura comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Conceição Evaristo, em “Vozes quilombolas: literatura afro-brasileira”, pontua que as formas organizativas de produção e divulgação coletivas da literatura afro-brasileira a legitimam como uma das vertentes do movimento negro brasileiro. A autora recorda os encontros de poetas e ficcionistas negros realizados na década de 1980 e a rede de intercâmbio internacional estabelecida, cujo resultado foi a publicação de poemas e contos afro-brasileiros em edições angolanas, moçambicanas, francesas, inglesas e norte-americanas. De fato, existe um volume considerável na literatura afro-brasileira pouco conhecido pelo público leitor no Brasil. Conceição Evaristo celebra, contudo, o fato de haver um interesse gradual de pesquisadores acadêmicos que hoje se empenham em entender essa produção a partir de um novo olhar.

Ainda no contexto da afirmação e da construção, o jornalista e mestre em ciências jurídicas e sociais pela UFF, Carlos Alberto Medeiros, faz uma análise contundente sobre a trajetória do intelectual e ex-senador da República Abdias Nascimento, no movimento negro contemporâneo. Em “O tardio reconhecimento de um pioneiro da diáspora”, Medeiros relembra a vida política e intelectual intensa de Abdias

Nascimento: lutou na Revolução Constitucionalista de 1932, participou da fundação da Frente Negra Brasileira na década de 1930, foi preso em 1937 panfletando contra o Estado Novo, fundou o Teatro Experimental do Negro em 1944, exilou-se nos Estados Unidos e na África após o golpe de 1964, e ocupou cargos de destaque no cenário político sempre na luta incansável contra o racismo.¹⁶ Medeiros faz um esforço para decifrar a razão pela qual um homem com tal currículo pode ser um quase desconhecido pela sociedade e pelo universo acadêmico:

A tentativa de encontrar uma resposta para essa atitude indefensável coloca-nos frente a frente com o que há de pior no mundo intelectual brasileiro, pautado por um preconceito mal disfarçado (...), em que os ideólogos de uma nacionalidade em grande parte construída sobre a mentira da “democracia racial” costumam descartar como posições “ideológicas”, e, portanto, indignas do reconhecimento científico, as visões e posições dos que discordam, ainda que utilizando instrumentos inegavelmente científicos, dos mitos e chavões oficiais.¹⁷

A reflexão do empresário e ex-deputado federal pelo estado de São Paulo, Adalberto Camargo, com o artigo “1980/2005 – 25 anos de movimento negro”, encerra o segundo bloco do livro. O autor parte do pressuposto de que a ocupação de cargos públicos no Legislativo,

sobretudo, ajudou a organização do movimento negro e, de certa maneira, passou a chamar a atenção de algumas entidades políticas. Para Camargo, nos últimos 25 anos, houve um “progresso” da comunidade negra que permitiu a criação de “uma hierarquia da nossa gente”. Tal “hierarquia” seria responsável pelo sentimento de respeito entre os próprios negros, possibilitando a “visibilidade (da população negra) com dignidade por outras etnias”.¹⁸ Tais afirmativas soam, contudo, pouco sólidas, uma vez que o autor não apresenta nenhum relato ou dado concreto que o tenha levado a este resultado.

TRANSFORMAR É PRECISO

O terceiro e último bloco do livro, *Organizar e transformar*, traz a socióloga Luiza Bairos, o pesquisador Jacques D’adesky, o deputado federal Luiz Alberto, o engenheiro Eustáquio Lawa, o ativista Flávio Jorge Rodrigues da Silva, a presidente de honra da Ong Fala Preta, Edna Roland, e o doutor em direito constitucional pela PUC-SP, Hédio Silva Jr. Esses autores analisam o percurso do movimento negro contemporâneo realizado até aqui. O que fazer com os saberes acumulados? Onde estamos e para aonde vamos? Que mudanças são necessárias para reduzir as desigualdades que afetam a população negra neste país?

É Luiza Bairos, em “Indicadores sociais e políticas públicas”, quem avalia a

necessidade de incorporação da dimensão racial nas políticas públicas. A autora defende a realização de estudos dos mecanismos que permitem a reprodução do racismo a fim de se obter o efetivo reconhecimento deste como elemento estruturante das relações sociais no Brasil. D’adesky, no artigo “O movimento negro e a universidade: uma história de 25 anos”, faz um resumo sobre a inserção de ativistas e intelectuais comprometidos com a causa negra na universidade, cujo marco foi a criação, nos anos de 1970, do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), na Universidade Cândido Mendes (RJ). Na abordagem, cita personagens importantes neste percurso como a intelectual Lélia Gonzalez e o antropólogo Kabengele Munanga. É interessante ressaltar que muitos autores que escrevem neste livro sobre os 25 anos do movimento negro são ativistas que decidiram ingressar em cursos de pós-graduação de excelência nas universidades. Hoje são personagens vivos deste processo.

O deputado Luiz Alberto, em “Negros e negras no Congresso Nacional: a luta pela inclusão”, analisa a representação da comunidade negra no Congresso Nacional por parlamentares negros, cujo índice é baixíssimo. Ainda assim, a presença de parlamentares atentos às reivindicações da comunidade negra tem sido capaz, segundo o autor, de “trazer o debate sobre questões raciais para a agenda dos grandes temas nacionais”.²⁰

É certo que após a aprovação no Senado da nova versão do Estatuto da Igualdade Racial, criou-se uma polêmica em torno da agenda política em comum com o movimento negro. Mas é inegável que, ao longo desses 25 anos, muitos parlamentares negros vêm desempenhando uma tarefa importante na introdução de temas sobre a questão racial no Congresso Nacional. Já o engenheiro Eustáquio

Lawa escreve o artigo “Jornada nos poderes públicos”, em que faz um relato pessoal sobre a ascensão do negro no setor público, na perspectiva de um projeto coletivo. Para o autor, apesar dos avanços na luta pela igualdade racial, o movimento negro ainda está longe de romper os mecanismos que bloqueiam a ascensão de homens negros e mulheres negras no setor público. Por sua vez,



o ativista Flávio Silva, em “Movimento negro e organização partidária”, analisa a participação do movimento negro nas estruturas partidárias. Segundo o autor, se as lideranças negras hoje são disputadas pelos partidos da direita e da esquerda, revela-se que foram positivas as ações e estratégias políticas feitas pelo movimento negro, sobretudo, nos últimos 25 anos.²¹

Fechando o livro, Edna Roland e Hédio Silva Jr., respectivamente, abordam a internacionalização da luta do movimento negro, a participação das mulheres negras neste contexto e a evolução normativa brasileira sobre a temática racial. Em “A internacionalização da luta do movimento negro pré e pós Durban”, Roland observa que o movimento de mulheres negras se antecipou ao movimento negro em geral no processo de internacionalização da luta da causa negra no Brasil.²² A autora aponta o ciclo de conferências mundiais realizado pelas Nações Unidas na década de 1990 como fator impulsionador da inserção internacional do movimento de mulheres negras. A Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em 2001, em Durban (África do Sul), possibilitou a internacionalização do movimento negro como um todo. Hédio Silva Jr., em “Igualizar rima com criminalizar: a evolução da normativa brasileira referente à temática racial”, relembra a Marcha Zumbi dos Palmares, contra o racismo, pela cidadania e a vida, em 20 de no-

vembro de 1995. Para o autor, a atividade “representou não apenas um promissor momento de ação unificada do conjunto da militância, como também marcou a eleição da proposta de políticas de promoção da igualdade como tema de consenso no discurso da liderança negra”.²³ Hédio Silva Jr. registra a mudança no comportamento do Estado brasileiro, que saiu de uma atitude passiva e limitada pela vaga intenção de não discriminar, para uma atitude ativa e de promoção das condições que permitam a todos e todas o acesso à igualdade de oportunidades.²⁴ A interpretação jurídica em curso que vem sendo amadurecida em relação às políticas de ações afirmativas comprova essa significativa mudança.

O livro organizado por Januário Garcia é uma contribuição necessária para a compreensão da participação negra no processo de redemocratização do país. Para a nova geração, é fonte obrigatória para a percepção sobre o contexto das desigualdades sociais, políticas e econômicas que afetam a população negra. Para as futuras gerações, certamente irá iluminar o caminho e responder à pergunta de onde viemos e para onde devemos prosseguir. Sem dúvida, Januário Garcia cumpriu a missão de eternizar nesta publicação as imagens e os discursos sobre as ações do movimento negro nesses intensos 25 anos. Ou talvez dizer, dessa gente negra em cena e em movimento.

N O T A S

1. SANTOS, Marcio André. Política negra e democracia no Brasil contemporâneo: reflexões sobre os movimentos negros. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana (orgs.). *Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll ActionAid, p. 227-258, 2009.
2. Idem, *ibidem*, p. 227.
3. TAVARES, Júlio. Retrospectiva histórica do movimento negro. In: GARCIA, Januário (org.). *25 anos 1980-2005: movimento negro no Brasil*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, p. 11, 2006.
4. Idem, *ibidem*, p. 15.
5. SANTOS, Hélio. Perspectivas do movimento negro brasileiro. In: GARCIA, Januário, op. cit., p. 19.
6. MENDES, Amauri. Romper e construir. In: GARCIA, Januário, op. cit., p. 39.
7. SILVEIRA, Oliveira. 25 anos e alguns antes. In: GARCIA, Januário, op. cit., p. 87.
8. SANTOS, Ivanir dos; ROCHA, José Geraldo. Religiões de matrizes africanas: resistir e reagir. In: GARCIA, Januário, op. cit., p. 53.
9. CARNEIRO, Sueli. Enegrecendo o feminismo. In: GARCIA, Januário, op. cit., p. 55.
10. Idem.
11. RODRIGUES, João Jorge dos Santos. Ação cultural do movimento negro. In: GARCIA, Januário, op. cit., p. 93.
12. SILVA, Ana Célia. Ilê Aiyê, redefinidor das ações do movimento negro. In: GARCIA, Januário, op. cit., p. 113.
13. LOPES, Nei. Chacoalhando os xequerés: música popular, desafricanização e exclusão nos 25 anos do movimento negro. In: GARCIA, Januário, op. cit., p. 95.
14. Idem.
15. TRINDADE, Azoilda Loretto. Educação da população negra. In: GARCIA, Januário, op. cit., p. 109.
16. MEDEIROS, Carlos Alberto. O tardio reconhecimento de um pioneiro da diáspora. In: GARCIA, Januário, op. cit., p. 129.
17. Idem, *ibidem*, p. 131.
18. CAMARGO, Adalberto. 1980/2005 – 25 anos de movimento negro. In: GARCIA, Januário, op. cit., p. 133.
19. BAIRROS, Luiza. Indicadores sociais e políticas públicas. In: GARCIA, Januário, op. cit., p. 139.
20. ALBERTO, Luiz. Negros e negras no Congresso Nacional: a luta pela inclusão. In: GARCIA, Januário, op. cit., p. 151.
21. SILVA, Flávio. Movimento negro e organização partidária. In: GARCIA, Januário, op. cit., p. 159.
22. ROLAND, Edna. A internacionalização da luta do movimento negro pré e pós Durban. In: GARCIA, Januário, op. cit., p. 161.
23. SILVA JÚNIOR, Hélio. Igualizar rima com criminalizar: a evolução da normativa brasileira referente à temática social. In: GARCIA, Januário, op. cit., p. 165.
24. Idem.

Recebido em 31/3/2010
Aprovado em 15/4/2010